



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

QUADRO RESUMO

Processo nº	37/2026		
Pregão Eletrônico com Registro de Preços nº	08/2026		
Tipo	Menor preço por item	Dotações Orçamentárias	Informação no corpo do edital
Da participação	Ampla concorrência Este procedimento licitatório não será exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 49, incisos II e III da Lei Complementar nº 123/06: <i>- Não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório -</i>		
Da sessão pública do pregão eletrônico	Fim do recebimento das propostas: 30/07/2026 às 08h29min Início da análise das propostas: 30/07/2026 às 08h30min Fim da análise das propostas: 30/07/2026 às 08h59min SESSÃO PÚBLICA: DIA: 30 DE JULHO DE 2026 HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09h00min (horário de Brasília/DF)		
Site para realização do pregão	Link: https://bll.org.br		
Modo de disputa	Aberto		
Objeto do certame	Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais hidráulicos destinados à manutenção preventiva e corretiva, ampliação e melhorias das redes de distribuição de água operadas pelo Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru – SAAE , conforme as quantidades, qualidades e condições descritas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital.		
Edital	O edital com os anexos está publicado no site www.saaecarmodocajuru.mg.gov.br , e www.bll.org.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus.		
Contatos e informações:	Sandy Iara Esteves Bento – Pregoeira Telefone (37) 3335-1103 E-mail: licitacoes@saaecarmodocajuru.mg.gov.br		



Lei Federal 14.133/21:

Art. 83. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

O SAAE de Carmo do Cajuru **não estará obrigado a adquirir quantitativos mínimos por item, tampouco a solicitar**, em cada Ordem de Compra, **quantidade mínima previamente estipulada pelos licitantes**, podendo requisitar os itens em quantidades fracionadas, conforme a demanda.

1. PREÂMBULO

O SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DO CAJURU/MG com endereço à Rua Jeováh Guimarães, nº 550, Bairro: Adelino Mano, Carmo do Cajuru/MG, CEP: 35.557-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.682.079/0001-90, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 37/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 08/2026, do tipo menor preço por ITEM, regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 1.725/2024 que regulamenta o pregão eletrônico no município de Carmo do Cajuru/MG, Lei Complementar nº 123/2006 e demais condições fixadas neste edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Fim do recebimento das propostas: 30/07/2026 às 08h29min

Início da análise das propostas: 30/07/2026 às 08h30min

Fim da análise das propostas: 30/07/2026 às 08h59min

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 30 DE JULHO DE 2026

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 09h00min (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://bllcompras.com/Home/Login>

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O pregão, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidora pública do SAAE de Carmo do Cajuru, nomeada para cargo de Pregoeira, através da Portaria nº 06/2026 e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica <https://bll.org.br/>.

2.3. As comunicações referentes ao certame serão publicadas no site <http://www.saaecarmodocajuru.mg.gov.br>, na aba de licitações. As demais condições constam do presente edital, seus anexos.

3. OBJETO

3.1. Constitui objeto da presente licitação o **Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais hidráulicos destinados à manutenção preventiva e corretiva, ampliação e melhorias das redes de distribuição de água operadas pelo Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru – SAAE**, conforme as quantidades, qualidades e condições descritas neste Anexo I (Termo de Referência) do Edital.



4. ÁREA(S) SOLICITANTE(S)

4.1. Setor de Água do SAAE de Carmo do Cajuru.

5. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES.

5.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório** do pregão e seus **anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 3 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

5.1.1. Os **esclarecimentos** pretendidos serão dirigidos a Pregoeira, preferencialmente através da plataforma, <https://bll.org.br>, onde será realizado o pregão eletrônico, e-mail licitacoes@saaecarmodocajuru.mg.gov.br ou através de protocolo no setor respectivo do SAAE de Carmo do Cajuru/MG.

5.1.2. Não serão respondidos questionamentos orais (através de telefone).

5.1.3. A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.4. No campo “mensagens” serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que a Pregoeira julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o *site* com frequência.

5.2. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão e seus anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

5.2.1. A impugnação ou pedido de providências será dirigido a Pregoeira, preferencialmente através da plataforma, <https://bll.org.br>, onde será realizado o pregão eletrônico, e-mail licitacoes@saaecarmodocajuru.mg.gov.br e/ou através de protocolo no setor específico do SAAE de Carmo do Cajuru/MG.

5.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

5.2.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

5.2.4. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.2.5. A decisão da Pregoeira será divulgada no *site* do SAAE, aba licitação e no sistema: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, para conhecimento de todos os interessados.

6. LOCAL ONDE PODERÁ SER EXAMINADO O EDITAL E SER ADQUIRIDO

6.1. O edital encontra-se disponível na internet, nos sites <http://www.saaecarmodocajuru.mg.gov.br> e <https://bll.org.br/> para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus, independentemente de qualquer pagamento. Não será fornecido edital por fac-símile e pelos correios.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO



7.1. Poderão participar desta licitação empresas individualmente cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste Edital, termo de referência e seus Anexos, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://bll.org.br/>.

7.1.1. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ao Portal: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL. (<https://bll.org.br/>), até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

7.1.2. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da empresa Portal: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL pelos telefones: (41) 3097-4600 e (41) 99264-7677 e (41) 99203-9595, ou através do e-mail contato@bll.org.br

7.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

OBS: A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.2. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.

PARA CONHECIMENTO: Benefícios exclusivos para as ME, EPP e equiparadas conforme Lei 14.133/21¹.

*A obtenção benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. **O Licitante deverá apresentar declaração de observância desse limite na licitação junto aos documentos de habilitação.***

O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

*Os licitantes deverão também declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do registro de sua proposta comercial, **que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital.***

¹ Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.



7.3. O documento comprobatório do enquadramento do licitante como ME ou EPP **deve ser apresentado junto dos documentos de habilitação**, mediante a apresentação de:

a - Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;

b - Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.

c - O licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar Declaração de Opção pelo “Simples Nacional”.

OBS: O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

7.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas nas seguintes condições:

7.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

7.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

7.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#)².

7.5. O impedimento de que trata o item 7.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,

² Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: (...)

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.



controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.4.2 e 7.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.8. O disposto nos itens 7.4.2 e 7.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.10. A vedação de que trata o item 7.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

8.1. O credenciamento das empresas interessadas a participar deste Pregão ocorrerá no sítio <https://bll.org.br/>.

8.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e **senha pessoal**, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

8.2.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SAAE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. PROPOSTA COMERCIAL (ELETRÔNICA E DIGITADA)

9.1. A proposta com o **valor dos itens e demais informações, DEVERÃO** ser inseridas em campo próprio, no sistema eletrônico, até a data e horário marcada para abertura das propostas, **vedada a identificação do titular da proposta até a conclusão da fase de lances.**

***9.1.1.** Deverá ser observado o preço de referência do objeto, constante do Termo de Referência, Anexo I, extraído de pesquisa de preços de mercado, não devendo o preço final ofertado ultrapassar tal valor, tido como preço máximo.*

9.1.2. Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.

9.1.3. A proposta e os lances deverão referir-se ao valor total para a execução da integralidade do objeto, não se admitindo propostas para sua execução parcial.

9.1.4. O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas neste edital.

9.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.3. O licitante **PROVISORIAMENTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR**, detentor da proposta de menor preço, deverá encaminhar a Pregoeira, via *e-mail*, e em original, se for solicitado pela Pregoeira, na forma e prazos descritos abaixo:



9.3.1. Proposta comercial expressa, ajustada ao preço final, conforme Modelo do **Anexo II**, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, **com descrição completa do objeto, indicação do valor unitário e total de cada item do objeto**, identificação da empresa proponente, nº do CNPJ ou CPF, endereço, números de telefone e fac-símile, *e-mail* e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo ao SAAE ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

9.3.2. Documentos comprovando o poder de representação do signatário da proposta, caso não seja sócio da empresa do licitante, sendo procuração, se pública ou com firma reconhecida, e procuração e documento de identidade, se particular.

9.4. A Proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;

9.4.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

9.4.2. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

9.4.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do SAAE.

9.4.4. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

9.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para o SAAE, tais como: fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários.

9.7. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

9.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento será o de **menor preço**, representado pelo **menor preço por ITEM**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Acórdão 8497/2022 Segunda Câmara (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)
Responsabilidade. Contrato administrativo. Superfaturamento. Solidariedade. Proposta de preço. Orçamento estimativo.

As empresas que oferecem propostas com valores acima dos praticados pelo mercado, tirando proveito de orçamentos superestimados elaborados pelos órgãos públicos contratantes, contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado.

10.2. Será desclassificada a proposta comercial que:



10.2.1. não se refira à integralidade do objeto;

10.2.2. não atenda às exigências estabelecidas neste edital ou em diligência;

10.2.3. apresentar proposta final com preço superior ao preço máximo estipulado no edital;

10.2.4. que identifique o licitante.

10.3. Tenha suas amostras ou folders (**quando for o caso**) considerados em desacordo com as especificações deste Edital e da legislação aplicável, ou que não sejam entregues no prazo determinado, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

10.3.1. Para apresentar amostra (**se solicitado**) deverá seguir o que consta no anexo I (termo de referência) deste edital;

10.4. Apresente preço simbólico, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou, ainda, manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 49, III da Lei nº 14.133/21.

10.5. Será considerada irrisória a proposta que não apresente valor mínimo necessário para cobrir os custos com salários, encargos sociais e trabalhistas, insumos e tributos incidentes;

10.5.1. Se a Pregoeira entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade³ de seu preço por meio de planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração, e contratações em andamento com preços semelhantes, além de outros documentos julgados pertinentes pela Pregoeira;

10.5.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais;

10.6. Não indique expressamente a marca, conforme especificações do Anexo I (exceto quando for serviço).

10.7. Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

10.8. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens componentes da planilha de preços serão corrigidos pela Pregoeira;

10.9. Serão corrigidos os valores dos preços unitários ou do preço total do item, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com a Pregoeira, após diligência e mediante expressa anuência do licitante.

10.9.1. Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

10.9.2. Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.

10.10. A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas e da documentação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

10.11. As propostas e documentação apresentadas poderão ser submetidas à apreciação da área solicitante para verificação do atendimento ao objeto licitado, mediante parecer fundamentado.

11 - PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

³ Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

(...)

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

(...)

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.



11.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á pelo acesso ao site <https://bll.org.br/> e subsequente registro da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limite estabelecidos no caput deste Edital.

11.1.1. O acesso ao sistema e encaminhamento da proposta devem ser feitos pelos licitantes na página inicial do site <https://bll.org.br/>, opção “**Acesso ao Usuário**”

11.2. Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública do Pregão Eletrônico será iniciada, com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas pela Pregoeira, **mantido o sigilo estabelecido pelo sistema.**

11.3. Realizado o acesso à sessão do pregão, no dia e hora definidos para a realização da sessão, o sistema apresentará a relação das licitações para as quais o fornecedor teve propostas classificadas.

11.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, vedada a identificação do titular do lance.

11.4.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente **mediante troca de mensagens**, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.4.2. Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances.

11.5. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.5.1. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o **aberto**, assim definido no inciso I art. 31º do Decreto n.º 10.024/2019.

11.5.2. Durante o transcurso da etapa de lances, será informado, em tempo real, o valor do menor lance de cada licitante registrado pelo sistema.

11.5.3. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

11.6 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

11.6.1 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, será realizado da seguinte forma:

- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*
- b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.*
- d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto na letra “b”, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.*

11.6.2 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, será realizado da seguinte forma:



- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- b) Encerrado o prazo previsto na letra “a”, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na letra “b”, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- d) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- e) Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto na letra “c”.

11.7. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o item ou lote.

11.8. Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese de o licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.

11.9. Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação.

11.10. Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao provedor: <https://bll.org.br/>.

11.11. Havendo desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. A Pregoeira, quando possível, continuará a gerenciar a sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

11.12. Se a desconexão da pregoeira durante a etapa de lances persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será automaticamente suspensa, sendo reiniciada apenas após comunicação expressa aos participantes, informando data e horário para continuação da disputa.

11.13. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

11.14. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

11.14.1. A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

11.14.2. Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

11.14.3. Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 11.13, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

11.14.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.



11.14.5. Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

11.14.6. Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

11.14.7. Caso persista o empate entre licitantes que não atenda as hipóteses acima, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)⁴

11.15. Encerrada a etapa competitiva, a Pregoeira poderá negociar, via “chat”, diretamente com o licitante que tiver apresentado o lance de menor preço, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

11.16. Os licitantes, a qualquer momento, após finalizada a disputa do item ou lote, poderão registrar seus questionamentos para o(a) Pregoeira via Sistema, por meio do “chat”. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão do Pregão”.

11.17. Os questionamentos formulados pelos licitantes serão respondidos no *link* “Enviar Mensagens”.

11.18. Quando necessário, a Pregoeira poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos.

11.19. Documentação Pós-Classificação do Licitante

11.19.1 - O licitante que tiver sua proposta classificada em primeiro lugar, conforme estabelecido no artigo 63, inciso II, da Lei 14.133/21, deverá, obrigatoriamente, anexar os documentos listados a seguir em campo designado no sistema. Esta ação deve ocorrer em até 2 (duas) horas após solicitação do pregoeiro, ao término da sessão do pregão, com possibilidade de prorrogação por igual período. A não observância deste requisito resultará na desclassificação do licitante:

a) Proposta comercial revisada, ajustada ao preço final ofertado, seguindo o modelo previsto no Anexo II.

b) Todos os documentos de habilitação exigidos no item 12 deste edital.

c) Certidão que comprove a condição de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, conforme critérios definidos no item 7.3 deste edital, se aplicável. (quando for o caso)

Observações Importantes:

1. A falha na inserção dos documentos requeridos no sistema implicará na imediata desclassificação da empresa.

⁴ Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; ([Vide Decreto nº 11.430, de 2023](#)) Vigência

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

§ 2º As regras previstas no **caput** deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).



2. A pregoeira reserva-se o direito de solicitar o envio desses documentos, dentro de um prazo máximo de 24 horas após o encerramento da sessão do pregão, para o e-mail especificado no edital (com um limite de 25 MB por mensagem).

As empresas têm a opção, mas não a obrigação, de antecipar o envio de toda a documentação de habilitação pelo sistema até o dia e horário estipulados no “quadro resumo” deste edital. Caso a proposta de menor preço seja aceitável, apenas a documentação do licitante classificado em primeiro lugar será analisada.

11.19.1. Impugnado algum documento pelos demais licitantes, o detentor do menor preço deverá produzir prova de sua exatidão, em prazo a ser definido pela Pregoeira para cumprimento da diligência.

11.19.2. Os documentos originais poderão ser solicitados, por determinação do(a) Pregoeira, quando julgar necessário, para apresentação em 2 (dois) dias úteis, com vistas à confirmação da autenticidade.

11.19.3. Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pela Pregoeira, desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

11.20. Após a disputa de preços e habilitação dos fornecedores, a pregoeira dará oportunidade para **manifestação de intenção de interpor recurso** estabelecendo prazo de no máximo 15 min. para envio, via sistema da **manifestação** em recorrer (A apresentação do recurso deverá ocorrer conforme cláusula 13 deste edital).

11.20.1. O licitante, cuja proposta comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances, interessado em recorrer, também deverá manifestar a sua **intenção** de interpor recurso.

11.21. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

12. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. O LICITANTE PROVISORIAMENTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR deverá enviar, na forma e prazos estabelecidos no item 11.19, **TODA A DOCUMENTAÇÃO** abaixo relacionada, com vigência plena, **sob pena de inabilitação**:

12.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

12.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

12.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

12.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

12.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

12.3.1. Comprovante de inscrição no CNPJ;

12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.3. Prova de regularidade com INSS (seguridade social), e tributos federais e dívida ativa da união (certidão conjunta);

12.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;



12.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

12.3.6. Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço) que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

***Nota:** são válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.*

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

12.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto no documento ou, na sua omissão, acompanhada de prova da data de abertura da licitação, admitindo-se certidões digitais.

OBS.: *Poderão participar do processo licitatório empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, desde que demonstrada documentação robusta da capacidade econômico-financeira da licitante para suportar os ônus da contratação.*

12.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

12.5.1 – Certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional no fornecimento de materiais similares, equivalentes ou superiores, ficando reservado ao SAAE o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 da Lei 14.333/21⁵](#).

12.6. DECLARAÇÕES

12.6.1. Os LICITANTES deverão apresentar as seguintes declarações:

a) DECLARAÇÃO de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. **(Anexo IV);**

b) DECLARAÇÃO de que atendem aos requisitos de habilitação. **(Anexo IV);**

c) DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **(Anexo IV);**

d) DECLARAÇÃO de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. **(Anexo IV);**

e) DECLARAÇÃO (se for o caso) de condições de ME, EPP ou equiparada, acompanhada da certidão comprobatória do enquadramento conforme disposto no item 7.3 deste edital;

⁵ Art. 88. Ao requerer, a qualquer tempo, inscrição no cadastro ou a sua atualização, o interessado fornecerá os elementos necessários exigidos para habilitação previstos nesta Lei.

(...)

§ 3º A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.



12.6.2. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e deverá ser assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei. Modelo anexo IV deste edital.

12.6.3. Declaração de condições de ME, EPP ou equiparada, **acompanhada da certidão comprobatória do enquadramento conforme disposto no item 7.3 deste edital.**

12.6.4. DECLARAÇÃO somente para microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e equiparadas para atendimento ao §2º do Art. 4º da Lei 14.133/21. A DECLARAÇÃO **deverá** ser assinada pelo Sócio Proprietário da empresa **com a opção de ser assinado** juntamente com um profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC de que a empresa **no ano-calendário de realização da licitação**, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

12.7. DOS DOCUMENTOS

IMPORTANTE: Em caso de documentos (DECLARAÇÕES) firmados por assinatura digital, deverá ser providenciado pelo licitante a remessa do comprovante/autenticidade da assinatura eletrônica emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI⁶, ou, ainda, deverá ser providenciada a apresentação/envio de mídia contendo o arquivo digital original para verificação/autenticação de conformidade da assinatura com a regulamentação da ICP-Brasil, **quando solicitado pela Pregoeira.**
Caso as declarações sejam assinadas manualmente, poderão ser autenticadas em cartório ou por servidor público competente, mediante cotejo do documento original.

12.7.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

c) Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.7.2. O(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio efetuarão consulta ao *site* da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

12.7.3. Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF e endereço respectivo, observando-se que:

12.7.3.1. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;

12.7.3.2. Se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;

⁶ Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital ICP-Brasil é um serviço gratuito disponibilizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, disponível em <https://verificador.iti.gov.br/>



12.7.3.3. se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da **matriz** quanto os da **filial**⁷;

12.7.3.4. serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

12.7.4. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura da sessão inaugural.

12.7.5. Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

12.7.6. Os documentos mencionados no item 12 não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

12.8. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira procederá à verificação das condições de participação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do inciso III do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexistência de sanção impeditiva de participação no certame ou de futura contratação. Para tanto, serão realizadas consultas obrigatórias aos seguintes cadastros oficiais ficando a critério das licitantes a emissão e o envio das respectivas certidões em conjunto com os documentos de habilitação.

- *CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais para pessoas físicas e jurídicas – Site: [CADIN-MG - Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais](#);*
- *CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos para pessoas físicas e jurídicas. Site: [CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES | CAGEF](#)*
- *Certidão de Licitantes Inidôneos TCU para pessoas físicas. Site: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF;*
- *Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos; (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas; e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas. Site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).*

12.10. Na hipótese de constar, na Consulta de Situação do Licitante, a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) adotará as diligências necessárias para verificar eventual tentativa de fraude, considerando, entre outros elementos, vínculos societários, semelhança de linhas de fornecimento e indícios de burla ao caráter competitivo do certame.

12.11. Constatada a existência de indícios, será assegurado ao licitante o direito à manifestação prévia, em observância ao contraditório e à ampla defesa.

12.12. Confirmada a existência de sanção impeditiva ou fraude, o licitante restará desclassificado, por ausência de condição de participação, não lhe sendo possível prosseguir no certame.

13. RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1. Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou (aram) do **PREGÃO** deverá (ão) **manifestar** imediata e motivadamente a(s) intenção (ões) de **recorrer**, conforme item 11.20 deste edital.

⁷ **NOTA EXPLICATIVA:** Embora a matriz e a filial sejam estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário. Logo, se a filial for a empresa a ser contratada para executar o objeto, o documento de regularidade fiscal deve ser apresentado em nome e de acordo com o seu CNPJ.



13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. Havendo intenção de interposição de **recurso** contra qualquer etapa / fase / procedimento do **PREGÃO**, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito via sistema, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

13.3. As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do **RECORRENTE**.

13.3.1. Os recursos e ou contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os autos deste Pregão eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos neste Edital.

13.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

*d) **ADJUDICAR** o objeto e **HOMOLOGAR** a licitação.*

14.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

14.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

14.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

15.1. O resultado final do **PREGÃO** será publicado no Diário Oficial do Município de Carmo do Cajuru, PNCP e no site www.saaecarmodocajuru.mg.gov.br e <https://carmodocajuru.atende.net>.

16. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS⁸

⁸ Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
(...)



16.1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 05 (cinco) dias, contados da data da intimação, sob pena de o adjudicatário decair do direito de fazê-lo e incorrer em multa.

16.2. Decorrido o prazo de assinatura da Ata de Registro de Preços sem manifestação do adjudicatário, é facultado ao SAAE, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar o processo.

16.3. A existência de preços registrados não obriga o SAAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de processo específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.4. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei](#) Federal nº 14.133/21;

c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

16.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.6. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

16.7. As aquisições ou as contratações adicionais por ADESÃO, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

16.8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.9. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

16.10. Do contrato (quando for o caso)

16.10.1. O SAAE poderá, na forma do artigo 95 da Lei 14.133/21⁹, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

XLVI - ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

⁹ Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:



16.10.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; (quando for o caso).

17.1.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; (quando for o caso).

17.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.5. Fraudar a licitação;

17.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

(...)

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.



17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4 a 17.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4 a 17.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1 a 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

17.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



18.1. Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços

18.1.1. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2026, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

19. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

19.1. Para os fins do disposto neste edital a expressão Pequena Empresa serve para se referir à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte, definidas no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06, cuja conforme disposto no item 7.3 deste edital.

19.2. Esta licitação não possui itens reservados para fornecimento exclusivo de microempresas e empresas de pequeno porte, por se enquadrar nas hipóteses do artigo 49 da Lei Complementar 123/06.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS DESTE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. É vedado o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

20.2. Os preços poderão ser alterados conforme disposto no Art. 124, II, “d” da Lei 14.133/21.

20.3. Será aceito o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

20.4. Para aplicação do item 20.3, após a homologação da licitação, para **formalização e cadastro de reserva**, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a - dos licitantes ou dos fornecedores que aceitem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b - dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

c - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

20.5. O registro a que se refere o item 20.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

20.5.1. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o 20.4, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste edital.

20.6. É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

20.7. A ata de registro de preços poderá ser cancelada quando:

a - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

b - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste edital;

d - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



OBS:

- O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

20.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a - por razão de interesse público;

b - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c - se não houver êxito nas negociações quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A autoridade competente do SAAE poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.

21.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF

21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

21.7. Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Administração do SAAE comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

21.8. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

21.9. O desatendimento de exigências meramente formais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, Art. 12 III da Lei 14.133/21¹⁰.

¹⁰ Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:
(...)



21.10. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Federal nº 10.024/19.

22. ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo de Declaração de condições de ME, EPP ou equiparada;

Anexo IV – Modelo de declaração completa.

Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo VI - Minuta de Contrato

23. DO FORO

23.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Carmo do Cajuru /MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Carmo do Cajuru, 06 de julho de 2026.

Clóvis José Rabelo Carvalho
Diretor Geral

Marina Rabelo de Souza
Chefe de Setor

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 37/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

01 – OBJETO

1.1 – Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais hidráulicos destinados à manutenção preventiva e corretiva, ampliação e melhorias das redes de distribuição de água operadas pelo Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru – SAAE, nas quantidades, qualidades e condições descritas neste termo de referência:

Lei Federal 14.133/21:

Art. 83. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Ressalta-se que os quantitativos constantes deste edital foram estimados com base na demanda projetada para um período inicial de 12 (doze) meses, considerando o histórico de consumo da Autarquia nos últimos exercícios, bem como as necessidades operacionais relacionadas às atividades de manutenção preventiva e corretiva, ampliação e melhorias das redes de distribuição de água operadas pelo Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru – SAAE.

A presente contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, podendo a Ata de Registro de Preços ter vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

A eventual prorrogação da Ata ficará condicionada à demonstração formal de que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, mediante pesquisa de preços atualizada, em conformidade com os normativos legais e regulamentares aplicáveis.

O modelo adotado visa assegurar eficiência administrativa, continuidade do fornecimento dos materiais e adequada resposta às demandas operacionais do SAAE, evitando desabastecimento e garantindo a manutenção regular dos serviços públicos de abastecimento de água.

A definição dos quantitativos estimados e do prazo de vigência considera, ainda, a necessidade de manutenção do equilíbrio operacional e da continuidade dos serviços públicos essenciais, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Considerando a natureza do objeto, composto por diversos itens de materiais hidráulicos com características técnicas distintas e aplicações específicas, justifica-se a adoção do critério de julgamento por item, como forma de ampliar a competitividade e garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A adoção do julgamento por item permite a participação de um maior número de fornecedores, inclusive aqueles especializados em determinados segmentos do mercado, o que contribui para a obtenção de melhores preços e condições de fornecimento.

Esse modelo de julgamento atende às seguintes diretrizes:



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

- Ampliação da competitividade, com participação de fornecedores especializados em diferentes tipos de materiais hidráulicos;
- Maior economicidade, com seleção da melhor proposta para cada item;
- Flexibilidade nas aquisições, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços;
- Adequação ao mercado fornecedor, caracterizado pela diversidade de fabricantes e distribuidores;
- Eficiência na gestão dos recursos públicos, com contratações mais precisas e alinhadas às necessidades operacionais do SAAE.

Ressalta-se que o julgamento por item não compromete a padronização, qualidade ou compatibilidade dos materiais, os quais estarão devidamente especificados no Termo de Referência, com critérios técnicos claros e fiscalização adequada da execução contratual.

Ademais, o modelo adotado não prejudica a gestão e o controle da contratação, sendo plenamente adequado sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

Diante do exposto, conclui-se que a adoção do critério de julgamento por item, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, representa a solução mais adequada ao interesse público, assegurando competitividade, eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos essenciais de abastecimento de água.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	UNID	QTD.	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	(43791) LUVA DE CORRER MPVC, JEI, BB, AZUL, DEFOFO, DN 250 MM, PN 1,0 MPA, NBR 7665/2007.	UNID	05	R\$388,28	R\$1.941,40
2	(43792) LUVA DE CORRER MPVC, JEI, BB, AZUL, DEFOFO, DN 100 MM, PN 1,0 MPA, NBR 7665/2007.	UNID	20	R\$217,83	R\$4.356,60
3	(43793) LUVA DE CORRER MPVC, JEI, BB, AZUL, DEFOFO, DN 150 MM, PN 1,0 MPA, NBR 7665/2007.	UNID	20	R\$264,86	R\$5.297,20
4	(43794) TUBO MPVC DEFOFO, JEI, CLASSE 1 MPA, JEI, DN 100 MM, BARRA DE 6 METROS, NBR 7665/2007.	UNID	10	R\$471,64	R\$4.716,40
5	(43795) TUBO MPVC DEFOFO, JEI, CLASSE 1 MPA, JEI, DN 150 MM, BARRA DE 6 METROS, NBR 7665/2007.	UNID	05	R\$905,85	R\$4.529,25
6	(43796) TUBO MPVC DEFOFO, JEI, CLASSE 1 MPA, JEI, DN 200 MM, BARRA DE 6 METROS, NBR 7665/2007.	UNID	05	R\$2.004,08	R\$10.020,40
7	(43797) TUBO MPVC DEFOFO, JEI, CLASSE 1 MPA, JEI, DN 250 MM, BARRA DE 6 METROS, NBR 7665/2007.	UNID	05	R\$2.298,88	R\$11.494,40



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

8	(43825) CAP PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 1/2", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	100	R\$2,46	R\$246,00
9	(43826) CAP PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 1", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	20	R\$5,83	R\$116,60
10	(43827) CAP PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 1 1/4", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	10	R\$21,59	R\$215,90
11	(43828) CAP PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 1 1/2", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	10	R\$18,46	R\$184,60
12	(43829) CAP PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 3/4", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	20	R\$3,31	R\$66,20
13	(43830) CAP PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 2", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	10	R\$25,99	R\$259,90
14	(43831) PLUG PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 3/4", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	30	R\$1,22	R\$36,60
15	(43832) PLUG PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 1/2", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	50	R\$0,86	R\$43,00
16	(43833) TUBO PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 3/4", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	10	R\$84,65	R\$846,50
17	(43834) TUBO PVC RÍGIDO, ROSCÁVEL, BRANCO, DN 1/2", 7,5 KGF/CM², NBR5648.	UNID	10	R\$65,24	R\$642,40
18	(43841) ADAPTADOR DE COMPRESSÃO EM POLIPROPILENO, 20 MM X 1/2 ", NBR 15803, PARA TUBO PEAD DN 20MM, PN 16, ANÉIS DE VEDAÇÃO EM BORRACHA NITRÍLICA PARA GARANTIR TOTAL VEDAÇÃO.	UNID	1000	R\$6,63	R\$6.630,00
19	(43842) CAP DE COMPRESSÃO EM POLIPROPILENO, PARA TUBOS PEAD DE 20 MM, PN 16, NBR 15803.	UNID	200	R\$12,59	R\$2.518,00
20	(43843) TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO DN 50 MM / DE 60 MM X 20 MM, NBR 15803, NTS 175, GARRA EM POLIACETAL BRANCO, FERRAMENTA P/CORTE EM LATÃO DE ALTA RESISTÊNCIA, VEDAÇÃO TAMPA E ABRAÇADEIRA EM BORRACHA NITRÍLICA, FIXAÇÃO EM AÇO INOX, PRESSÃO DE TRABALHO 1,6 MPA, DIMENSÕES DO ACOPLAMENTO DO TUBO DN 20MM.	UNID	300	R\$66,80	R\$20.040,00
21	(43844) TÊ DE SERVIÇO INTEGRADO DN 75 MM / DE 85 MM X 20 MM, NBR 15803, NTS 175, GARRA EM POLIACETAL BRANCO,	UNID	200	R\$89,46	R\$17.892,00



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

	FERRAMENTA P/CORTE EM LATÃO DE ALTA RESISTÊNCIA, VEDAÇÃO TAMPA E ABRAÇADEIRA EM BORRACHA NITRÍLICA, FIXAÇÃO EM AÇO INOX, PRESSÃO DE TRABALHO 1,6 MPA, DIMENSÕES DO ACOPLAMENTO DO TUBO DN 20MM.				
22	(43846) TUBO PEAD, PE 80, PN 10, ESPESSURA DE 2,3 MM, DIÂMETRO EXTERNO DE 20 MM, ROLO DE 100 METROS, COR AZUL, PARA RAMAIS PREDIAIS DE ÁGUA, FABRICADO CONFORME NTS 048.	UNID	100	R\$894,00	R\$89.400,00
23	(43847) UNIÃO DE COMPRESSÃO EM POLIPROPILENO, PARA TUBO PEAD 20 MM, PN 16, NBR 15803, PRODUTO FORNECIDO COM ANEL MONTADO.	UNID	3000	R\$15,12	R\$45.360,00
24	(43848) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA, 20 MM X 1/2", PN 0,75 MPA, NBR5648.	UNID	300	R\$0,99	R\$297,00
25	(43849) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PN 0,75 MPA, NBR5648.	UNID	100	R\$3,03	R\$303,00
26	(43850) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA, 32 MM X 1", PN 0,75 MPA, NBR5648.	UNID	150	R\$3,19	R\$478,50
27	(43851) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA, 40 MM X 1 1/4", PN 0,75 MPA, NBR5648.	UNID	150	R\$4,62	R\$693,00
28	(43852) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA, 50 MM X 1 1/2", PN 0,75 MPA, NBR5648.	UNID	100	R\$5,20	R\$520,00
29	(43853) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA, 60 MM X 2", PN 0,75 MPA, NBR5648.	UNID	200	R\$11,91	R\$2.382,00
30	(43854) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, CURTO, BOLSA E ROSCA, 85 MM X 3", PN 0,75 MPA, NBR5648.	UNID	50	R\$48,19	R\$2.409,50
31	(43855) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, COM ANEL, PARA CAIXA D'ÁGUA, 60 MM X 2", E BOLSA ROSCÁVEL BSP PARA BOIA, NBR 5648.	UNID	20	R\$48,14	R\$962,80



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

32	(43856) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, COM ANEL, PARA CAIXA D'ÁGUA, 20 MM X 1/2", E BOLSA ROSCÁVEL BSP PARA BOIA, NBR 5648.	UNID	10	R\$11,02	R\$110,20
33	(43857) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, COM ANEL, PARA CAIXA D'ÁGUA, 25 MM X 3/4", E BOLSA ROSCÁVEL BSP PARA BOIA, NBR 5648.	UNID	10	R\$21,68	R\$216,80
34	(43858) ADAPTADOR PVC, SOLDÁVEL, COM ANEL, PARA CAIXA D'ÁGUA, 50 MM X 1 1/2", E BOLSA ROSCÁVEL BSP PARA BOIA, NBR 5648.	UNID	10	R\$27,34	R\$273,40
35	(43859) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, CURTA, 110 MM X 85 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	15	R\$90,86	R\$1.362,90
36	(43860) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, CURTA, 25 MM X 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	200	R\$0,93	R\$186,00
37	(43861) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, CURTA, 32 MM X 25 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	100	R\$1,34	R\$134,00
38	(43862) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, CURTA, 40 MM X 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$2,66	R\$133,00
39	(43863) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, CURTA, 50 MM X 40 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$4,84	R\$242,00
40	(43864) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, CURTA, 60 MM X 50 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$14,94	R\$747,00
41	(43865) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, CURTA, 75 MM X 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648	UNID	15	R\$24,40	R\$366,00
42	(43866) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, CURTA, 85MM X 75MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	30	R\$25,61	R\$768,30
43	(43867) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, 110 MM X 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	20	R\$59,38	R\$1.187,60



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

44	(43868) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, 32 MM X 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	200	R\$3,18	R\$636,00
45	(43869) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, 40 MM X 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	150	R\$5,07	R\$760,50
46	(43870) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, 50 MM X 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$6,43	R\$321,50
47	(43871) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, 50 MM X 25 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	20	R\$7,12	R\$142,40
48	(43872) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, 50 MM X 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	30	R\$7,92	R\$237,60
49	(43873) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, 60 MM X 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	20	R\$15,60	R\$312,00
50	(43874) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, 75 MM X 50 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$24,72	R\$247,20
51	(43875) BUCHA DE REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, LONGA, 85 MM X 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$34,81	R\$348,10
52	(43876) CAP PVC, SOLDÁVEL, 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	400	R\$1,28	R\$512,00
53	(43877) CAP PVC, SOLDÁVEL, 25 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	100	R\$1,64	R\$164,00
54	(43878) CAP PVC, SOLDÁVEL, 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	100	R\$2,72	R\$272,00
55	(43879) CAP PVC, SOLDÁVEL, 40 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$4,85	R\$242,50
56	(43880) CAP PVC, SOLDÁVEL, 50 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$6,85	R\$342,50
57	(43881) CAP PVC, SOLDÁVEL, 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	30	R\$15,36	R\$460,80
58	(43882) CAP PVC, SOLDÁVEL, 85 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	15	R\$72,42	R\$1.086,30



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

59	(43883) CAP PVC, SOLDÁVEL, 110 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	15	R\$95,97	R\$1.439,55
60	(43884) CURVA 45° PVC, SOLDÁVEL, 25 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$2,96	R\$29,60
61	(43885) CURVA 45° PVC, SOLDÁVEL, 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$4,93	R\$49,30
62	(43886) CURVA 45° PVC, SOLDÁVEL, 40 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$13,40	R\$134,00
63	(43887) CURVA 45° PVC, SOLDÁVEL, 50 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$15,55	R\$155,50
64	(43888) CURVA 45° PVC, SOLDÁVEL, 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$17,18	R\$171,80
65	(43889) CURVA 45° PVC, SOLDÁVEL, 85 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$54,59	R\$545,90
66	(43890) CURVA 90° PVC, SOLDÁVEL, 110 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$190,19	R\$1.091,90
67	(43891) CURVA 90° PVC, SOLDÁVEL, 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	20	R\$2,27	R\$45,40
68	(43892) CURVA 90° PVC, SOLDÁVEL, 25 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	15	R\$4,76	R\$71,40
69	(43893) CURVA 90° PVC, SOLDÁVEL, 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	40	R\$7,09	R\$283,60
70	(43894) CURVA 90° PVC, SOLDÁVEL, 40 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	40	R\$18,03	R\$721,20
71	(43895) CURVA 90° PVC, SOLDÁVEL, 50 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	40	R\$20,39	R\$815,60
72	(43896) CURVA 90° PVC, SOLDÁVEL, 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	40	R\$34,11	R\$1.364,40
73	(43897) CURVA 90° PVC, SOLDÁVEL, 85 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	20	R\$122,02	R\$2.440,40
74	(43898) JOELHO 45° PVC, SOLDÁVEL, 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	100	R\$1,13	R\$113,00
75	(43899) JOELHO 45° PVC, SOLDÁVEL, 25 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$3,40	R\$170,00
76	(43900) JOELHO 45° PVC, SOLDÁVEL, 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	40	R\$5,10	R\$204,00
77	(43901) JOELHO 45° PVC, SOLDÁVEL, 40 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	20	R\$8,22	R\$164,40



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

78	(43902) JOELHO 45° PVC, SOLDÁVEL, 50 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	20	R\$17,31	R\$346,20
79	(43903) JOELHO 45° PVC, SOLDÁVEL, 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$33,33	R\$333,30
80	(43904) JOELHO 45° PVC, SOLDÁVEL, 75 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$98,92	R\$989,20
81	(43905) JOELHO 45° PVC, SOLDÁVEL, 85MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	10	R\$112,17	R\$1.121,70
82	(43906) JOELHO 90° PVC, SOLDÁVEL, 110MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	09	R\$391,53	R\$3.523,77
83	(43907) JOELHO 90° PVC, SOLDÁVEL, 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	1300	R\$0,89	R\$1.157,00
84	(43908) JOELHO 90° PVC, SOLDÁVEL, 25MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	200	R\$1,33	R\$266,00
85	(43909) JOELHO 90° PVC, SOLDÁVEL, 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$3,65	R\$182,50
86	(43910) JOELHO 90° PVC, SOLDÁVEL, 40 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$7,37	R\$368,50
87	(43911) JOELHO 90° PVC, SOLDÁVEL, 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	12	R\$34,57	R\$414,84
88	(43912) JOELHO 90° PVC, SOLDÁVEL, 85 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	12	R\$111,03	R\$1.332,36
89	(43913) JOELHO 90° PVC, SOLDÁVEL, AZUL, COM BUCHA DE LATÃO, 20 MM X 1/2", PN 0,75 MPA, NBR 5648	UNID	500	R\$5,45	R\$2.725,00
90	(43914) JOELHO 90° PVC, SOLDÁVEL, AZUL, COM BUCHA DE LATÃO, 25 MM X 1/2", PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$8,78	R\$349,00
91	(43916) LUVA DE CORRER PVC, PARA TUBO SOLDÁVEL, 20 MM, FORNECIDO COM ANÉIS DE BORRACHA, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	500	R\$10,56	R\$5.280,00
92	(43917) LUVA DE CORRER PVC, PARA TUBO SOLDÁVEL, 25 MM, FORNECIDO COM ANÉIS DE BORRACHA, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	100	R\$12,32	R\$1.232,00
93	(43918) LUVA DE CORRER PVC, PARA TUBO SOLDÁVEL, 32 MM, FORNECIDO COM ANÉIS DE BORRACHA, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	300	R\$17,25	R\$5.175,00



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

94	(43919) LUVA DE CORRER PVC, PARA TUBO SOLDÁVEL, 40 MM, FORNECIDO COM ANÉIS DE BORRACHA, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	200	R\$25,78	R\$5.156,00
95	(43920) LUVA DE CORRER PVC, PARA TUBO SOLDÁVEL, 50 MM, FORNECIDO COM ANÉIS DE BORRACHA, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	100	R\$30,06	R\$3.006,00
96	(43921) LUVA PVC, SOLDÁVEL, 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648	UNID	2.000	R\$1,32	R\$2.640,00
97	(43922) LUVA PVC, SOLDÁVEL, 50 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$5,92	R\$296,00
98	(43923) LUVA PVC, SOLDÁVEL, AZUL, COM BUCHA DE LATÃO, 25 MM X 3/4", PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$7,23	R\$361,50
99	(43924) LUVA PVC, SOLDÁVEL, AZUL, COM BUCHA DE LATÃO, 20 MM X 1/2", PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	1.000	R\$5,52	R\$5.520,00
100	(43925) LUVA PVC, SOLDÁVEL, AZUL, COM BUCHA DE LATÃO, 32 MM X 1", PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$23,81	R\$1.190,50
101	(43926) LUVA PVC, SOLDÁVEL, 110 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	15	R\$119,10	R\$1.786,50
102	(43927) LUVA PVC, SOLDÁVEL, 25 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	500	R\$1,75	R\$875,00
103	(43928) LUVA PVC, SOLDÁVEL, 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	150	R\$3,78	R\$567,00
104	(43929) LUVA PVC, SOLDÁVEL, 40 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	150	R\$4,68	R\$702,00
105	(43930) LUVA PVC, SOLDÁVEL, 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	100	R\$16,17	R\$1.617,00
106	(43931) LUVA PVC, SOLDÁVEL, 75 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648	UNID	30	R\$29,51	R\$885,30
107	(43932) LUVA PVC, SOLDÁVEL, 85 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648	UNID	30	R\$70,32	R\$2.109,60
108	(43933) REGISTRO DE ESFERA PVC, SOLDÁVEL, 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	30	R\$10,15	R\$304,50
109	(43934) REGISTRO DE ESFERA PVC, SOLDÁVEL, DESMONTÁVEL, 32 MM, COM SOBREPORCA PARA CONTROLE DO TORQUE NO VOLANTE, HASTE DO VOLANTE	UNID	10	R\$31,70	R\$317,00



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

	COM DUPLA VEDAÇÃO, PRESSÃO DE SERVIÇO 16 KGF/CM², NBR 5626.				
110	(43935) TÊ PVC, SOLDÁVEL, 60 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	60	R\$34,59	R\$2.075,40
111	(43936) TÊ PVC, SOLDÁVEL, AZUL, COM BUCHA DE LATÃO, 20 MM X 1/2", PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	130	R\$11,27	R\$1.465,10
112	(43937) TÊ PVC, SOLDÁVEL, 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	200	R\$1,08	R\$216,00
113	(43938) TÊ PVC, SOLDÁVEL, 25 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	80	R\$2,00	R\$160,00
114	(43939) TÊ PVC, SOLDÁVEL, 32 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	250	R\$5,03	R\$1.006,00
115	(43940) TÊ PVC, SOLDÁVEL, 40 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	150	R\$9,59	R\$1.438,50
116	(43941) TÊ PVC, SOLDÁVEL, 50 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	100	R\$13,40	R\$1.340,00
117	(43942) TÊ PVC, SOLDÁVEL, 85 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	50	R\$110,02	R\$5.501,00
118	(43943) TÊ PVC, SOLDÁVEL, 110 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	15	R\$243,21	R\$3.648,15
119	(43944) TÊ REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, 25 X 20 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	80	R\$4,85	R\$388,00
120	(43946) TÊ REDUÇÃO PVC, SOLDÁVEL, 32 X 25 MM, PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	30	R\$9,48	R\$284,40
121	(43947) TÊ PVC, SOLDÁVEL, AZUL, COM BUCHA DE LATÃO, 25 MM X 3/4", PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	20	R\$16,90	R\$338,00
122	(43948) TÊ PVC, SOLDÁVEL, AZUL, COM BUCHA DE LATÃO, 25 MM X 1/2", PN 0,75 MPA, NBR 5648.	UNID	20	R\$12,07	R\$241,40
123	(43949) TUBO PVC, SOLDÁVEL, 20 MM, CLASSE 15, BARRA DE 6 METROS, PN 0,75 MPA, COM PONTA E BOLSA, NBR 5648.	UNID	600	R\$31,88	R\$19.128,00
124	(43951) TUBO PVC, SOLDÁVEL, 32 MM, CLASSE 15, BARRA DE 6 METROS, PN 0,75 MPA, COM PONTA E BOLSA, NBR 5648.	UNID	150	R\$58,57	R\$8.785,50



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

125	(43952) TUBO PVC, SOLDÁVEL, 40 MM, CLASSE 15, BARRA DE 6 METROS, PN 0,75 MPA, COM PONTA E BOLSA, NBR 5648.	UNID	100	R\$75,08	R\$7.508,00
126	(43953) TUBO PVC, SOLDÁVEL, 50 MM, CLASSE 15, BARRA DE 6 METROS, PN 0,75 MPA, COM PONTA E BOLSA, NBR 5648.	UNID	100	R\$100,24	R\$10.024,00
127	(43954) ADAPTADOR PVC, PBA, BOLSA JE X ROSCA, DE 85 MM / DN 75 MM X 3", PN 1,0 MPA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	20	R\$35,08	R\$701,60
128	(43955) ADAPTADOR PVC, PBA, BOLSA JE X ROSCA, DE 60 MM / DN 50 MM X 2", PN 1,0 MPA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	20	R\$28,32	R\$566,40
129	(43957) CURVA 45° PVC, PBA, JE, DN 75 MM X DE 85 MM, PN 1,0 MPA, COM PONTA E BOLSA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	05	R\$68,78	R\$343,90
130	(43959) CURVA 90° PVC, PBA, JE, DN 75 MM / DE 85 MM, PN 1,0 MPA, COM PONTA E BOLSA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	05	R\$100,95	R\$504,75
131	(43960) CURVA 90° PVC, PBA, JE, DN 50 MM / DE 60 MM, PN 1,0 MPA, COM PONTA E BOLSA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	10	R\$48,51	R\$485,10
132	(43961) LUVA DE CORRER PVC, PBA, JE, DN 100 MM / DE 110 MM, PN 1,0 MPA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	50	R\$104,34	R\$5.217,00
133	(43962) LUVA DE CORRER PVC, PBA, JE, DN 50 MM / DE 60 MM, PN 1,0 MPA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	150	R\$51,51	R\$7.726,50



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

134	(43963) LUVA DE CORRER PVC, PBA, JE, DN 75 MM / DE 85 MM, PN 1,0 MPA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	80	R\$76,23	R\$6.098,40
135	(43964) LUVA DE CORRER PVC, PBA, JE, DN 65 MM / DE 75 MM, PN 1,0 MPA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	30	R\$64,88	R\$1.946,40
136	(43966) TÊ PVC PBA, DN 100 / DE 110 MM. PN 1,0 MPA, FORNECIDO COM ANEL DE BORRACHA, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	07	R\$139,81	R\$978,67
137	(43967) TUBO PVC, PBA, JEI, DN 75 MM / DE 85 MM, CLASSE 15, PONTA E BOLSA, BARRA DE 6 METROS, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	80	R\$368,02	R\$29.441,60
138	(43968) TUBO PVC, PBA, JEI, DN 100 MM / DE 110 MM, CLASSE 15, PONTA E BOLSA, BARRA DE 6 METROS, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	30	R\$520,02	R\$15.600,60
139	(43969) TUBO PVC, PBA, JEI, DN 50 MM / DE 60 MM, CLASSE 15, PONTA E BOLSA, BARRA DE 6 METROS, NBR 5647, FABRICADO CONFORME NBR 9815 E NBR 10351.	UNID	100	R\$162,49	R\$16.249,00
140	(43983) ADAPTADOR INTERNO DE MANGUEIRA, EM POLIETILENO, 1/2".	UNID	50	R\$1,23	R\$61,50
141	(43985) ADAPTADOR REDUÇÃO INTERNO DE MANGUEIRA, EM POLIETILENO, 1/2" X 3/4".	UNID	20	R\$4,75	R\$95,00
142	(43988) BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, 2". NBR14534. LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO), PLÁSTICOS DE ENGENHARIA, ELASTÔMEROS. (SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE QUE AS MARCAS DECA OU DOCOL).	UNID	10	R\$367,32	R\$3.673,20
143	(43994) BUCHA DE TORNEIRA AÇO/COURO, 1/2".	UNID	30	R\$0,81	R\$24,30
144	(43997) FITA VEDA ROSCA, 18 MM - 50 MTS	UNID	1.000	R\$12,54	R\$12.540,00
145	(43998) LIXA D'ÁGUA, Nº 80.	UNID	200	R\$2,96	R\$592,00



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

146	(44001) LIXA DÁGUA, Nº 100.	UNID	600	R\$2,82	R\$1.692,00
147	(44003) CAIXA DE DESCARGA ELEVADA CONTROLADA DE PLÁSTICO, CAPACIDADE 9 LITROS, COM ENTRADA DE ALIMENTAÇÃO DE 1/2".	UNID	03	R\$62,27	R\$186,81
148	(48357697) ABRAÇADEIRA DE MANGUEIRA EM AÇO, ROSCA SEM FIM, DE 13 A 19MM	UNID	50	R\$2,38	R\$119,00
149	(44009) ADESIVO PLASTIVO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC, FRASCO DE 850 GRAMAS. APLICAÇÃO: ADESIVO PLASTICO DESENVOLVIDO ESPECIALMENTE PARA APLICAÇÃO EM PRODUTOS COM DIAMETRO DE ATÉ 110 MM, PARA LINHA PREDIAL. (SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE QUE AS MARCAS TIGRE OU AMANCO).	UNID	200	R\$68,09	R\$13.618,00
150	(44010) ADESIVO PLASTIVO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC, FRASCO COM PINCEL, 175 GRAMAS. ADESIVO INDICADO PARA TUBOS E CONEXÕES COM DIÂMETRO DE ATÉ 110 MM (SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE QUE AS MARCAS TIGRE OU AMANCO).	UNID	200	R\$25,33	R\$5.066,00
151	(48357698) PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS PVC, 1000 GRAMAS. ENCAIXES DE TUBOS E CONEXÕES DE PVC, FERRO FUNDIDO, FIBROCIMENTO OU OUTRO MATERIAL QUE USE ANEL DE BORRACHA, SISTEMA DE JUNTA ELÁSTICA OU SISTEMA PBA (PONTA/BOLSA/ANEL)-(SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE QUE AS MARCAS TIGRE OU AMANCO).	UNID	300	R\$65,19	R\$19.557,00
152	(44013) ARRUELA DE VEDAÇÃO PARA TUBETE DE HIDRÔMETRO, DN 15 MM, 1/2", CONFECCIONADA EM PVC FLEXÍVEL, COR BRANCA.	UNID	1.000	R\$0,26	R\$260,00
153	(44014) ARRUELA DE VEDAÇÃO PARA TUBETE DE HIDRÔMETRO, DN 15 MM, 1/2", CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA, COR PRETO.	UNID	1.000	R\$0,63	R\$630,00
154	(48357699) LACRE PARA CORTE NO REGISTRO, PARCIALMENTE REAPROVEITÁVEL. DISPOSITIVO EM	UNID	10.000	R\$2,98	R\$29.800,00



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

	PLÁSTICO, TIPO MACHO/FÊMEA, PARCIALMENTE REAPROVEITÁVEL, PARA SUPRESSÃO DE ÁGUA PELO BLOQUEIO DO REGISTRO. DESIGN TIPO UNIVERSAL, ADAPTÁVEL A DIVERSOS TIPOS DE REGISTROS E BITOLAS. TIPO: CONJUNTO MACHO (PARTE REAPROVEITÁVEL)/FÊMEA COM ENGATE RÁPIDO. MATERIAL: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (MACHO/FÊMEA). COR : PADRÃO: AZUL.				
155	(44016) LACRE TIPO ABRAÇADEIRA, ANTI-FRAUDE, PARA HIDRÔMETRO DE 1/2", FABRICADO EM POLIPROPILENO, COM TRAVA LATERAL, ENGATE RÁPIDO, FECHAMENTO MANUAL SEM UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS, DUAS CALOTAS IGUAIS, ONDE CADA UMA APRESENTA PEQUENOS ORIFÍCIOS PARA EVITAR A RETENÇÃO DE ÁGUA NO SEU INTERIOR. COR: AZUL.	UNID	10.000	R\$1,36	R\$13.600,00
156	(44169) HOSTIA (DISCO PARA SUPRESSÃO/CORTE DE ÁGUA) 1/2". FABRICADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO.ESPESSURA: 2MM.	UNID	2.000	R\$0,32	R\$640,00
157	(44017) BUCHA DE REDUÇÃO DE BRONZE, ROSCÁVEL, 3/4" X 1/2", NBR 11720.	UNID	30	R\$13,50	R\$405,00
158	(44019) NIPLE DE BRONZE, ROSCÁVEL, 1/2", NBR 11720.	UNID	100	R\$19,57	R\$1.957,00
159	(44020) REGISTRO DE GAVETA BRUTO, ACIONAMENTO MANUAL COM VOLANTE EM ALUMÍNIO OU PLÁSTICO DE ENGENHARIA, DIÂMETRO NOMINAL DE ROSCA 40 MM (1 1/2"), EM LIGA DE COBRE (BRONZE OU LATÃO), COM ROSCAS INTERNAS NAS EXTREMIDADES (8 A 10 FIOS DE ROSCA), 1ª LINHA, PN 16, PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM SANEAMENTO, NBR 14580, CONFORME NBR NM ISO 7-1.	UNID	20	R\$181,43	R\$3.628,60
160	(27857) REGISTRO DE GAVETA BRUTO C/ VOLANTE 1 1/4", EM LIGA DE COBRE C/ ROSCA INTERNA - 1ª LINHA - NBR14580. CARACT: LIGA DE COBRE (BRONZE OU LATÃO); -PN 16; PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM SANEAMENTO; -COM ROSCAS INTERNAS NAS EXTREMIDADES CONFORME (8 A 10	UNID	20	R\$135,42	R\$2.708,40



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

	ROSCAS) NBR NM-ISO 7-1; -ACIONAMENTO MANUAL COM VOLANTE EM ALUMÍNIO; DIÂMETRO NOMINAL DE ROSCA 25MM (1.1/4").				
161	(44021) REGISTRO DE GAVETA BRUTO, ACIONAMENTO MANUAL COM VOLANTE EM ALUMÍNIO OU PLÁSTICO DE ENGENHARIA, DIÂMETRO NOMINAL DE ROSCA 100 MM (4"), EM LIGA DE COBRE (BRONZE OU LATÃO), COM ROSCAS INTERNAS NAS EXTREMIDADES (8 A 10 FIOS DE ROSCA), 1ª LINHA, PN 16, PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM SANEAMENTO, NBR 14580, CONFORME NBR NM ISO 7-1.	UNID	10	R\$1.504,68	R\$15.046,80
162	(44022) REGISTRO DE GAVETA BRUTO, ACIONAMENTO MANUAL COM VOLANTE EM ALUMÍNIO OU PLÁSTICO DE ENGENHARIA, DIÂMETRO NOMINAL DE ROSCA 50 MM (2"), EM LIGA DE COBRE (BRONZE OU LATÃO), COM ROSCAS INTERNAS NAS EXTREMIDADES (8 A 10 FIOS DE ROSCA), 1ª LINHA, PN 16, PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM SANEAMENTO, NBR 14580, CONFORME NBR NM ISO 7-1.	UNID	30	R\$251,97	R\$7.559,10
163	(44023) REGISTRO DE GAVETA BRUTO, ACIONAMENTO MANUAL COM VOLANTE EM ALUMÍNIO OU PLÁSTICO DE ENGENHARIA, DN 25 MM (1"), EM LIGA DE COBRE (BRONZE OU LATÃO), COM ROSCAS INTERNAS NAS EXTREMIDADES (8 A 10 FIOS DE ROSCA), 1ª LINHA, PN 16, PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM SANEAMENTO, NBR 14580, CONFORME NBR NM ISO 7-1.	UNID	30	R\$112,18	R\$3.365,40
164	(44024) REGISTRO DE GAVETA BRUTO, ACIONAMENTO MANUAL COM VOLANTE EM ALUMÍNIO OU PLÁSTICO DE ENGENHARIA, DIÂMETRO NOMINAL DE ROSCA 75 MM (3"), EM LIGA DE COBRE (BRONZE OU LATÃO), COM ROSCAS INTERNAS NAS EXTREMIDADES (8 A 10 FIOS DE ROSCA), 1ª LINHA, PN 16, PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM SANEAMENTO, NBR 14580, CONFORME NBR NM ISO 7-1.	UNID	10	R\$841,28	R\$8.412,80



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

165	(36729) REGISTRO DE GAVETA BRUTO C/ VOLANTE 3/4 REGISTRO DE GAVETA BRUTO C/ VOLANTE -3/4- 1509- C 40, EM LIGA DE COBRE C/ ROSCA INTERNA- 1ª LINHA - NBR14580. CARACTERISTICAS:-LIGA DE COBRE (BRONZE OU LATÃO);-PN 16; P/ INSTALACOES HIDRAULICAS EM SANEAMENTO;-COM ROSCA	UNID	10	R\$52,12	R\$521,20
166	(44025) VÁLVULA DE RETENÇÃO EM BRONZE OU LATÃO, HORIZONTAL, DN 75 MM (3"), ROSCA INTERNA BSP, PN 16, NBR 15055.	UNID	10	R\$933,33	R\$9.333,30
167	(44026) VÁLVULA DE RETENÇÃO EM BRONZE OU LATÃO, HORIZONTAL, DN 50 MM (2"), ROSCA INTERNA BSP, PN 16, NBR 15055.	UNID	15	R\$410,44	R\$6.156,60
168	(44032) REGISTRO ESFERA BORBOLETA EM LATÃO FORJADO, ROSCA BSP MACHO/FÊMEA, DN 1/2", 1ª LINHA, ISO 228/ISO 7/1, NIQUELADO, PN 25, VEDAÇÃO EM P.T.F.E PURO, ESFERA EM LATÃO CROMADO, CORPO (TAMPA) EM LATÃO NIQUELADO, HASTE EM LATÃO, BORBOLETA EM ALUMÍNIO E PARAFUSO EM AÇO ZINCADO.	UNID	200	R\$54,65	R\$10.930,00
169	(48357700) TORNEIRA ESFERA REFORÇADA 1/2", REFORÇADA, ALAVANCA COM FECHAMENTO DE 1/4" DE VOLTA. ACOMPANHA BUCHA DE REDUÇÃO EM PEAD 3/4" X 1/2" E ADAPTADOR ESPIGÃO 1/2". MEDINDO ENTRE 10 A 15 CM.	UNID	20	R\$27,04	R\$540,80
170	(44034) TORNEIRA DE JARDIM LONGA, CROMADA, 1/2" X 3/4", EM METAL, ROSCA DE 1/2" COM ADAPTADOR PARA 3/4". ACOMPANHA BICO PARA MANGUEIRA EM ABS.	UNID	20	R\$43,53	R\$870,60
171	(28788) TORNEIRA DE PVC 1/2 PRETA COM BICO	UNID	50	R\$5,94	R\$297,00

Total estimado: R\$ 633.047,75 (seiscentos e trinta e três mil, quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços realizada com o objetivo de identificar os valores praticados no mercado para o fornecimento dos materiais hidráulicos objeto deste Estudo Técnico Preliminar.



Considerando a diversidade de itens que compõem o objeto e suas respectivas especificações técnicas, a pesquisa de preços foi realizada observando-se os parâmetros legalmente admitidos, incluindo contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, atas de registro de preços vigentes, dados constantes de bancos oficiais de preços, consultas a fornecedores do ramo e demais fontes idôneas disponíveis.

A estimativa de preços foi composta a partir da consolidação dos valores unitários obtidos para cada item, observados os critérios de tratamento estatístico e metodologia definidos na regulamentação aplicável, de forma a refletir os preços correntes de mercado e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos estimados foram definidos com base no histórico de consumo da Autarquia, nas demandas previstas para manutenção preventiva e corretiva das redes de distribuição de água, nas ampliações planejadas e na necessidade de manutenção de estoque mínimo operacional para atendimento das ocorrências rotineiras e emergenciais.

1.2 - O objeto da licitação tem a natureza de aquisição de bens comuns.

1.3 - Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 - A presente aquisição adotará o critério de julgamento menor preço POR ITEM.

1.5 – O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e **poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.**

1.6 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

02 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A Justificativa e objetivo da aquisição encontram-se pormenorizados em Tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência.

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 – A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência.

04 – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1. Para atendimento da necessidade identificada, a solução a ser adotada deverá observar os seguintes requisitos:

- a) O prazo de **30 (trinta) dias corridos** para entrega deverão ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no edital;
- b) Os produtos deverão ser entregues conforme solicitação do SAAE e em quantidades compatíveis com as necessidades da Autarquia;
- c) Os produtos deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas aos materiais utilizados em sistemas públicos de abastecimento de água;
- d) A empresa deverá fornecer produtos novos, sem uso anterior e em perfeitas condições de utilização;



- e) A empresa contratada deverá apresentar todos os documentos de habilitação exigidos e mantê-los válidos durante a execução do contrato.
- f) Os itens deverão estar em observância das exigências ambientais, técnicas e de segurança aplicáveis ao objeto.
- g) O fornecimento deverá atender integralmente às especificações do termo de referência e demais anexos.
- h) A empresa deverá assegurar a substituição de produtos que apresentarem defeito ou não estiverem em conformidade com as exigências, no prazo previsto neste Termo de Referência.

4.2. Quando houver referência a marcas na especificação de determinados itens, estas serão utilizadas exclusivamente como parâmetro de qualidade, desempenho, durabilidade, compatibilidade técnica e padronização mínima necessária ao atendimento das necessidades da Administração, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalente ou de qualidade superior, desde que comprovadamente atendam integralmente às especificações técnicas exigidas.

4.3 – Requisitos mínimos de qualidade dos materiais

4.3.1. Todos os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, remanufatura ou reutilização, devendo ser fornecidos em perfeitas condições de uso.

4.3.2. Os materiais deverão atender integralmente às normas técnicas da ABNT vigentes aplicáveis ao respectivo produto ou, na ausência destas, às normas técnicas nacionais ou internacionais equivalentes oficialmente reconhecidas.

4.3.3. Os produtos deverão possuir padrão de qualidade compatível com a utilização em sistemas públicos de abastecimento de água, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência.

4.3.4. Quando aplicável, os materiais deverão ser fornecidos em embalagem original do fabricante, devidamente lacrada e identificada, de forma a assegurar sua integridade durante o transporte e armazenamento.

4.3.5. Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, observando-se, no mínimo, os prazos legais previstos no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da garantia contratual ou da garantia do fabricante, quando esta for superior.

4.4 - Obrigações da contratada

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste TR, Ata ou Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) O objeto deverá ser entregue acompanhado do Certificado ou Termo de Garantia, quando houver, informando o prazo de garantia mínima do equipamento.
- c) Deverão ser prestadas, de forma clara, todas as informações relativas à garantia, incluindo a garantia do fabricante e, quando aplicável, a garantia do fornecedor, observando-se as disposições da Código de Defesa do Consumidor quanto à substituição do produto em caso de vícios ou defeitos.
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));



- e) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- h) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- i) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- k) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- l) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- n) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- o) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- q) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- r) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- s) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



t) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.5 - Obrigações da Administração:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Recusar os materiais entregues em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, determinando sua substituição nos prazos e condições nele estabelecidos;
- f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) A Administração terá o prazo de *5(cinco) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *5(cinco) dias úteis*.
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

05 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Solicitação/Autorização de Fornecimento.

5.2. Cada solicitação poderá contemplar um ou mais itens registrados na Ata, não havendo obrigação de aquisição dos quantitativos estimados.

5.3. O prazo para entrega será de até 30 dias corridos contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento.



5.4. As entregas deverão ocorrer no Almoxarifado do SAAE, no endereço constante deste Termo de Referência.

5.5. O fornecimento deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes da planilha deste Termo de Referência.

06 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 – As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÕES E DE PAGAMENTO

7.1 - A avaliação da execução do objeto será realizada por Servidor designado, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** do mês subsequente a entrega do item, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observadas as demais exigências a seguir indicadas.

7.2.1 - Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal (is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização (ões).

7.2.2 - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

7.3 - Para receber seus créditos o contratado deverá comprovar a regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação.

7.4 – A Administração reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

08 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

09 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços realizada com o objetivo de identificar os valores praticados no mercado para o fornecimento dos materiais hidráulicos objeto deste Estudo Técnico Preliminar.



9.2 - Considerando a diversidade de itens que compõem o objeto e suas respectivas especificações técnicas, a pesquisa de preços foi realizada observando-se os parâmetros legalmente admitidos, incluindo contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, atas de registro de preços vigentes, dados constantes de bancos oficiais de preços, consultas a fornecedores do ramo e demais fontes idôneas disponíveis.

9.3 - A estimativa de preços foi composta a partir da consolidação dos valores unitários obtidos para cada item, observados os critérios de tratamento estatístico e metodologia definidos na regulamentação aplicável, de forma a refletir os preços correntes de mercado e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.4 - O valor total estimado da contratação corresponde à soma dos quantitativos estimados de cada item multiplicados pelos respectivos preços unitários de referência apurados na pesquisa de mercado, perfazendo o montante estimado de **R\$ 633.047,75 (seiscentos e trinta e três mil, quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos)**.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços

10.1.1 – A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2026, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

11 - SUSTENTABILIDADE EM ATENDIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – QUANDO FOR O CASO

11.1 - Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 5º da Lei n.º 14.133/21 e demais legislações específicas, com destaque:

11.1.1 - utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);

11.1.2 - emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local (eficiência econômica, sustentabilidade social).

11.1.3 - redução de resíduos, reaproveitamento e destinação adequada dos materiais recicláveis;

11.1.4 - utilização de equipamentos com baixo consumo energético, de água e baixa emissão de ruído;

11.1.5 - utilização de produtos atóxicos ou, quando não disponíveis no mercado, de menor toxicidade;

11.1.6 - observação das normas do INMETRO e da ISO 14.000;

11.2 - Utilizar materiais novos, comprovadamente de qualidade satisfazendo rigorosamente as especificações constantes deste Termo, as normas da ABNT e dos fabricantes, e as normas internacionais consagradas, na falta de regulamentação pela ABNT.

12 – SUBCONTRATAÇÃO:

12.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES:



13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; (quando for o caso).

13.1.2.4 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; (quando for o caso).

13.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5 - Fraudar a licitação;

13.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.2 - Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 - Advertência;

13.2.2 - Multa;

13.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2 - As peculiaridades do caso concreto.

13.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

13.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.



13.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 13.1.4 a 13.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4 a 13.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1 a 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

13.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:



a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

14.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.2.2 - Na hipótese prevista no item 14.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

14.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos no edital e neste termo de referência, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

14.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

14.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.3.1 - Para fins do disposto no item 14.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

14.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

14.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no 14.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

14.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto no item 14.3 e 14.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

14.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

15 - DA ENTREGA



15.1 - Todos os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade do SAAE e mediante recebimento da Ordem de Compra do Setor de Compras; e no local estipulado para entrega, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento por funcionário competente sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.

15.1.1 - Prazo de entrega: **em até 30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Fornecimento.

15.1.2 - A entrega dos itens deverá ser feita na rua Jeováh Guimarães, nº 550, bairro Adelino Mano – Carmo do Cajuru/MG – CEP 35.557-000, de segunda a sexta feira, no horário de 08:00h às 10:30h, e de 12:00h às 15:00h, exceto nos feriados, sendo a CARGA E A DESCARGA POR CONTA EXCLUSIVA DO FORNECEDOR/ENTREGADOR, devendo a entrega ser precedida de prévio contato com o setor de Almoxarifado desta Autarquia.

15.2 – A entrega dos itens deverá ser feita juntamente com a documentação pertinente a garantia de fábrica ou concedida pelo próprio fornecedor;

15.3 - O produto que não atender as especificações do Termo de Referência será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a substituir o produto diretamente ao SAAE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, após ser notificado.

15.4 - O SAAE de Carmo do Cajuru se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

15.5 - A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.

15.6 - O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se ao SAAE de Carmo do Cajuru o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

15.7 - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

15.8 - Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem, com o menor volume possível, que utilize preferencialmente material reciclado ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, em atendimento aos critérios sustentáveis. O SAAE recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste contrato, termo de referência e proposta;

15.9 - O recebimento provisório, realizado pelo Almoxarifado do SAAE de Carmo do Cajuru, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;

15.10 - O recebimento definitivo, realizado pelo Almoxarifado, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

15.11 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos ou defeitos posteriormente constatados, nos termos da legislação aplicável.

15.12 - O contratado ficará obrigado a aceitar de volta, os itens licitados, na hipótese de recusa pelo SAAE, no prazo de 03 (três) dias, por não atender as exigências deste termo. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

16 - CONDIÇÕES GERAIS



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

16.1 - A Contratada deverá ter pleno conhecimento das exigências de qualidade dos itens, estabelecidos neste Termo de Referência, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade e afins;

16.2 - Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada;

16.3 - Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência;

16.4 - O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser da mesma empresa que efetivamente vai fornecer os objetos da presente contratação;

16.5 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Termo de Referência.

16.6 - Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente. Exceto as prerrogativas do Art. 43 da LC 123/06.

16.7 - Se a documentação de habilitação não estiver completa ou contrariar qualquer dispositivo deste Termo de Referência, o contratante considerará o proponente inabilitado.

16.8 - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Carmo do Cajuru, 03 de julho de 2026.

Marina Rabelo de Souza

Chefe de Setor



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

SAAE DE CARMO DO CAJURU/MG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026

PREGÃO ELETRÔNICO/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2026

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais hidráulicos destinados à manutenção preventiva e corretiva, ampliação e melhorias das redes de distribuição de água operadas pelo Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru – SAAE, conforme as quantidades, qualidades e condições descritas neste Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

Razão Social do Licitante:
CNPJ/CPF :
Endereço :
E-mail :
Telefone / Fax :
Representante : Nome:
Identificação:
Qualificação:
Assinatura:

ITEM	PRODUTO – DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:						

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros.



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data. Prazo de Entrega: Conforme Edital

Condições de Pagamento: Conforme Edital

_____, ____ de _____ 2026

Nome e assinatura do representante legal

(carimbo da empresa)

PARA CONHECIMENTO

*As empresas que contratam com a Administração devem **ofertar preços compatíveis com os de mercado, sob pena de serem responsabilizadas por eventual sobrepreço constatado no contrato/Ata de Registro de Preços**, uma vez que o regime jurídico-administrativo relativo às contratações públicas, com a consequente obrigação de seguir os preços praticados no mercado, se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados. [Acórdão 992/2022 Plenário](#) (Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Benjamin Zymler) [Boletim de Jurisprudência 401](#)*

Lei 14.133/21

DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

[Art. 337-L](#). Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

(...)

*V - qualquer meio fraudulento que **torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública** a proposta ou a execução do contrato:*

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ME, EPP OU EQUIPARADA.

SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DO CAJURU – MG

Processo Licitatório N° 37/2026.

Pregão Eletrônico N° 08/2026.

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais hidráulicos destinados à manutenção preventiva e corretiva, ampliação e melhorias das redes de distribuição de água operadas pelo Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru – SAAE, conforme as quantidades, qualidades e condições descritas neste Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade n° _____, inscrito no CPF sob o n° _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

() Microempresa, ME, () Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

() Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(Assinalar a condição da empresa)

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2026

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DO CAJURU – MG

Processo Licitatório Nº 37/2026.

Pregão Eletrônico Nº 08/2026.

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de ferramentas e equipamentos em geral, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Carmo do Cajuru, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados, nas quantidades, qualidades e condições descritas neste termo de referência do Edital.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- Atendem aos requisitos de habilitação.
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Por fim **DECLARA** pela **veracidade das informações prestadas**, na forma da lei.

_____, ____ de _____ de 2026

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 37/2026

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2026

CONTRATANTE:

O SAAE – Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru, Autarquia municipal criada pela LC 15/2005, inscrito no CNPJ sob n.º 08.682.079/0001-90, com sede na Rua Jeováh Guimarães, n.º 550, Adelino Mano, representado por seu Diretor Geral, **Sr. Clóvis José Rabelo de Carvalho**, neste ato doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADO:

_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, CEP _____, CNPJ n.º _____, neste ato designada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRESSUPOSTOS JURÍDICOS- ADMINISTRATIVOS

1.1. A presente Ata decorre de procedimento administrativo n.º 37/2026, Pregão Eletrônico por Registro de Preços n.º 08/2026, regido pelo disposto na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem como objeto Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de ferramentas e equipamentos em geral, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Carmo do Cajuru, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados, nas quantidades, qualidades e condições descritas no Termo de Referência parte integrante deste Edital e da Proposta da Contratada.

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1 - O Termo de Referência;

2.2.2 - O Edital da Licitação;

2.2.3 - A Proposta do contratado;

2.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES



3.1. A existência de preços registrados não obriga o SAAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de processo específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei](#) Federal nº 14.133/21;

c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.5. As aquisições ou as contratações adicionais por ADESÃO, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.7. Os preços poderão ser alterados conforme disposto no Art. 124, II, “d” da Lei 14.133/21.

3.8. Será aceito o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

3.9. Para aplicação do item 3.8, após a homologação da licitação, para formalização e cadastro de reserva, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a - Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b - dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

c - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



3.10. O registro a que se refere o item 3.8 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.10.1. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o 3.8, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste edital.

3.11. É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

3.12. A ata de registro de preços poderá ser cancelada quando:

a - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

b - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste edital;

d - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

OBS:

- O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

- Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

3.13. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a - Por razão de interesse público;

b - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c - se não houver êxito nas negociações quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. A presente ata tem o seu valor total de R\$..... (.....)



(relacionar planilha com dados e valor).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O pagamento será realizado num prazo de **em até 30 (trinta) dias do mês subsequente** a entrega do item, mediante apresentação de nota fiscal, e o visto do Departamento requisitante, comprovando a entrega.

5.3.1. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização (ões).

Na emissão da NF a empresa deverá atender o disposto no Decreto Municipal nº 1.679/2023¹¹, “Dispõe sobre a retenção de imposto de renda, nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública direta do Município, suas Autarquias e Fundações, a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens e serviços.”

5.3.1.1. Depósitos, transferências ou outra forma de pagamento só serão realizados para conta de Pessoa Jurídica, devendo ser previamente notificado à contratante.

5.3.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3.3. Para receber seus créditos o contratado deverá comprovar a regularidade fiscal tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação

5.4. A Administração do SAAE de Carmo do Cajuru, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

5.5. Nenhum outro pagamento será devido pela **Contratante** à **Contratada**, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a **Contratada** é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução desta ata.

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

a - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

¹¹ **Art. 1º** A partir de 01 de setembro de 2023, os órgãos da administração direta do Município, suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica, pelo fornecimento de bens e serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a promover a retenção do imposto de renda, com base na Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e as alterações ulteriores, ocorridas e que possam ocorrer, com a observância do disposto neste Decreto.

§ 1º As retenções de trata o caput deste artigo serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, nos termos estabelecidos no artigo 2º-A, da Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

§ 2º Não estarão sujeitos à retenção do imposto de renda, os pagamentos realizados nas hipóteses elencadas no artigo 4º da Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.



b - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

6.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.2 - Na hipótese prevista no item 6.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos no edital e neste termo de referência, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

6.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.3.1 - Para fins do disposto no item 7.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

6.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no 6.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto no item 7.3 e 7.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – DA CONTRATANTE

7.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ata e seus anexos;

7.1.2 - Receber provisória e definitivamente o objeto, observados os prazos e condições previstos neste Termo de Referência.;



7.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5 - Recusar os materiais entregues em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, determinando sua substituição nos prazos e condições nele estabelecidos;

7.1.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.7 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata;

7.1.8 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta Ata;

7.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.10 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2. DO CONTRATADO

7.2.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste TR, Ata ou Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2.2 - O objeto deverá ser entregue acompanhado do Certificado ou Termo de Garantia, quando houver, informando o prazo de garantia mínima do equipamento.

7.2.3 - Deverão ser prestadas, de forma clara, todas as informações relativas à garantia, incluindo a garantia do fabricante e, quando aplicável, a garantia do fornecedor, observando-se as disposições da Código de Defesa do Consumidor quanto à substituição do produto em caso de vícios ou defeitos.

7.2.4 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

7.2.5 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.2.6 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.2.7 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.2.8 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



7.2.9 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.2.10 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.2.11 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.2.12 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.2.13 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.2.14 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

7.2.15 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

7.2.16 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.2.17 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.18 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7.2.19 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.2.20 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.2.21. Fornecer exclusivamente materiais novos, de primeiro uso, sem qualquer indício de recondicionamento, remanufatura ou reutilização.

7.2.22. Entregar os materiais em embalagem original do fabricante, quando aplicável, devidamente acondicionados de forma a preservar sua integridade durante o transporte e armazenamento.

7.2.23. Garantir que os materiais atendam integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis vigentes.



7.2.24. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os produtos recusados pela fiscalização em razão de defeitos, vícios, avarias, desconformidade com as especificações ou qualquer outra irregularidade.

7.2.25. Responder pela qualidade, resistência, desempenho e compatibilidade dos materiais fornecidos, durante todo o período de garantia legal e contratual.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DA EXECUÇÃO

8.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1 - Todos os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade do SAAE e mediante recebimento da Ordem de Compra do Setor de Compras; e no local estipulado para entrega, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento por funcionário competente sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.

9.1.1 - Prazo de entrega: **em até 30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Fornecimento.

9.1.2. Fica expressamente estabelecido que o SAAE de Carmo do Cajuru **não estará obrigado a adquirir quantitativos mínimos por item, tampouco a solicitar**, em cada Ordem de Compra, **quantidade mínima previamente estipulada pelos licitantes**, podendo requisitar os itens em quantidades fracionadas, conforme a demanda.

9.2 - A entrega dos itens deverá ser feita na rua Jeováh Guimarães, nº 550, bairro Adelino Mano – Carmo do Cajuru/MG – CEP 35.557-000, de segunda a sexta feira, no horário de 08:00h às 10:30h, e de 12:00h às 15:00h, exceto nos feriados, sendo a CARGA E A DESCARGA POR CONTA EXCLUSIVA DO FORNECEDOR/ENTREGADOR, devendo a entrega ser precedida de prévio contato com o setor de Almoxarifado desta Autarquia.

9.3 – A entrega dos itens deverá ser feita juntamente com a documentação pertinente a garantia de fábrica ou concedida pelo próprio fornecedor;

9.4 - O produto que não atender as especificações do Termo de Referência será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a substituir o produto diretamente ao SAAE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, após ser notificado.

9.5 - O SAAE de Carmo do Cajuru se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

9.6 - A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.

9.7 - O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se ao SAAE de Carmo do Cajuru o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

9.8 - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

9.9 - Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem, com o menor volume possível, que utilize preferencialmente material reciclado ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o



transporte e armazenamento, em atendimento aos critérios sustentáveis. O SAAE recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste contrato, termo de referência e proposta;

9.10 - O recebimento provisório, realizado pelo Almoxarifado do SAAE de Carmo do Cajuru, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;

9.11 - O recebimento definitivo, realizado pelo Almoxarifado, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

9.12 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos ou defeitos posteriormente constatados, nos termos da legislação aplicável.

9.13 - O contratado ficará obrigado a aceitar de volta, os itens licitados, na hipótese de recusa pelo SAAE, no prazo de 03 (três) dias, por não atender as exigências deste termo. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10.1. Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços.

10.1.1. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2026, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial da ata;
- b) der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.



e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ata, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio do Diário Oficial do Município de Carmo do Cajuru e no site www.saaecarmodocajuru.mg.gov.br, e <https://carmodocajuru.atende.net>, na internet e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Carmo do Cajuru/MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais provenientes da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – NORMAS FINAIS

14.1. A presente Ata reger-se-á pelas seguintes normas legais: Lei Federal nº 14.133/21 e LC 123/06, Decreto Municipal nº 1724/2024.

14.2. Os casos omissos serão dirimidos com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei complementar 123/06 e suas alterações.

14.3. Justos e contratados, firmam a presente Ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

....., ____ de _____ de 2026.

Contratante

Contratado

Testemunhas:

- 1) _____
2) _____



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DO CAJURU, ESTADO DE MINAS GERAIS E A EMPRESA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 37/2026

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2026

CONTRATANTE:

O SAAE – Serviço Autárquico de Água e Esgoto de Carmo do Cajuru, Autarquia municipal criada pela LC 15/2005, inscrito no CNPJ sob n.º. 08.682.079/0001-90, com sede na Rua Jeováh Guimarães, n.º 550, Adelino Mano, representado por seu Diretor Geral, **Sr. Clóvis José Rabelo de Carvalho**, neste ato doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADO:

_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, CEP _____, CNPJ nº _____, neste ato designada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRESSUPOSTOS JURÍDICOS- ADMINISTRATIVOS

1.1. A presente Ata decorre de procedimento administrativo nº 37/2026, Pregão Eletrônico por Registro de Preços n.º 08/2026, regido pelo disposto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem como objeto, Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de ferramentas e equipamentos em geral, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Carmo do Cajuru, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados, nas quantidades, qualidades e condições descritas no Termo de Referência (Anexo I) parte integrante do Edital e da Proposta da Contratada.

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1 - O Termo de Referência;

2.2.2 - O Edital da Licitação;

2.2.3 - A Proposta do contratado;

2.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO CONTRATO



3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato/ata de registro de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega (quando for o caso), observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O presente contrato tem o seu valor total de R\$..... (.....)

(relacionar planilha com dados e valor).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O pagamento será realizado num prazo de **em até 30 (trinta) dias** do mês subsequente a entrega do item, mediante apresentação de nota fiscal, e o visto do Departamento requisitante, comprovando a entrega.

6.3.1. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is) / fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização (ões).

Na emissão da NF a empresa deverá atender o disposto no Decreto Municipal nº 1.679/2023¹², “Dispõe sobre a retenção de imposto de renda, nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública direta do Município, suas Autarquias e Fundações, a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens e serviços.”

6.3.1.1. Depósitos, transferências ou outra forma de pagamento só serão realizados para conta de Pessoa Jurídica, devendo ser previamente notificado à contratante.

¹² **Art. 1º** A partir de 01 de setembro de 2023, os órgãos da administração direta do Município, suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica, pelo fornecimento de bens e serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a promover a retenção do imposto de renda, com base na Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e as alterações ulteriores, ocorridas e que possam ocorrer, com a observância do disposto neste Decreto.

§ 1º As retenções de trata o caput deste artigo serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, nos termos estabelecidos no artigo 2º-A, da Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

§ 2º Não estarão sujeitos à retenção do imposto de renda, os pagamentos realizados nas hipóteses elencadas no artigo 4º da Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.



6.3.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

6.3.3. Para receber seus créditos o contratado deverá comprovar a regularidade fiscal tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação

6.4. A Administração do SAAE de Carmo do Cajuru, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

6.5. Nenhum outro pagamento será devido pela **Contratante** à **Contratada**, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a **Contratada** é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução desta ata.

CLÁUSULA SEÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – DA CONTRATANTE

7.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ata e seus anexos;

7.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Ata;

7.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5 - Recusar os materiais entregues em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, determinando sua substituição nos prazos e condições nele estabelecidos;

7.1.6- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.7 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata;

7.1.8 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta Ata;

7.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.10 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2. DO CONTRATADO

7.2.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste TR, Ata ou Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.2.2 - O objeto deverá ser entregue acompanhado do Certificado ou Termo de Garantia, quando houver, informando o prazo de garantia mínima do equipamento.



7.2.3 - Deverão ser prestadas, de forma clara, todas as informações relativas à garantia, incluindo a garantia do fabricante e, quando aplicável, a garantia do fornecedor, observando-se as disposições da Código de Defesa do Consumidor quanto à substituição do produto em caso de vícios ou defeitos.

7.2.4 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

7.2.5 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.2.6 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.2.7 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.2.8 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.2.9 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.2.10 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.2.11 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.2.12 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.2.13 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.2.14 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

7.2.15 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

7.2.16 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.2.17 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o



previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.18 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

7.2.19 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.2.20 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DA EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1. Os matérias deverão ser entregues de forma parcelada mediante recebimento da Ordem de Compra - OC do Setor de Compras; no local estipulado para entrega, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento por funcionário competente sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.

8.1.1. Prazo de entrega: **em até 10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Fornecimento.

8.1.2. Fica expressamente estabelecido que o SAAE de Carmo do Cajuru **não estará obrigado a adquirir quantitativos mínimos por item, tampouco a solicitar**, em cada Ordem de Compra, **quantidade mínima previamente estipulada pelos licitantes**, podendo requisitar os itens em quantidades fracionadas, conforme a demanda.

8.2. A entrega dos itens deverá ser feita na rua Jeováh Guimarães, nº 550, bairro Adelino Mano – Carmo do Cajuru/MG – CEP 35.557-000, de segunda a sexta feira, no horário de 08:00h às 10:30h, e de 12:00h às 15:00h, sendo a CARGA E A DESCARGA POR CONTA EXCLUSIVA DO FORNECEDOR/ENTREGADOR. O produto que não atender as especificações do Termo de Referência será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a substituir o produto diretamente ao SAAE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após ser notificado.

IMPORTANTE:

Considerando a natureza essencial e contínua do abastecimento SAAE, justifica-se a exigência de que a entrega dos materiais de copa, cozinha e limpeza ocorra no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da solicitação. Essa medida tem por objetivo assegurar a regularidade no fornecimento, a eficiência administrativa e a disponibilidade dos materiais, evitando a descontinuidade das atividades e prejuízos aos serviços prestados.

Ressalte-se que o prazo estipulado está em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo compatível com a dinâmica do mercado e com as necessidades do serviço público.

*Esclarece-se, ainda, que **não será exigida quantidade mínima de itens por pedido**, tendo em vista as limitações de armazenamento e a variação da demanda. Tal previsão visa garantir maior flexibilidade na gestão de estoques,*



assegurando a continuidade dos serviços sem comprometer a competitividade entre os licitantes ou a viabilidade da contratação.

8.3. O SAAE não aceitará item entregue fora do prazo estabelecido, com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes no instrumento convocatório, termo de referência e proposta ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratuais;

8.4. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.

8.5. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se ao SAAE de Carmo do Cajuru o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

8.6. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

8.7. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem, com o menor volume possível, que utilize preferencialmente material reciclado ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, em atendimento aos critérios sustentáveis. O Município recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste contrato, termo de referência e proposta;

8.8. O recebimento provisório, realizado pelo Almojarifado do SAAE de Carmo do Cajuru, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;

8.9. O recebimento definitivo, realizado pelo Almojarifado, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

9.10. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos ou defeitos posteriormente constatados, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Todos os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade do SAAE e mediante recebimento da Ordem de Compra do Setor de Compras; e no local estipulado para entrega, acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento por funcionário competente sendo que a responsabilidade da entrega será por conta e risco do licitante adjudicado.

9.1.1 - Prazo de entrega: **em até 30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento por parte da contratada da Ordem de Fornecimento.

9.1.2. Fica expressamente estabelecido que o SAAE de Carmo do Cajuru **não estará obrigado a adquirir quantitativos mínimos por item, tampouco a solicitar, em cada Ordem de Compra, quantidade mínima previamente estipulada pelos licitantes**, podendo requisitar os itens em quantidades fracionadas, conforme a demanda.

9.2 - A entrega dos itens deverá ser feita na rua Jeováh Guimarães, nº 550, bairro Adelino Mano – Carmo do Cajuru/MG – CEP 35.557-000, de segunda a sexta feira, no horário de 08:00h às 10:30h, e de 12:00h às 15:00h, exceto nos feriados, sendo a CARGA E A DESCARGA POR CONTA EXCLUSIVA DO FORNECEDOR/ENTREGADOR, devendo a entrega ser precedida de prévio contato com o setor de Almojarifado desta Autarquia.

9.3 – A entrega dos itens deverá ser feita juntamente com a documentação pertinente a garantia de fábrica ou concedida pelo próprio fornecedor;



9.4 - O produto que não atender as especificações do Termo de Referência será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a substituir o produto diretamente ao SAAE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, após ser notificado.

9.5 - O SAAE de Carmo do Cajuru se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

9.6 - A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.

9.7 - O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se ao SAAE de Carmo do Cajuru o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

9.8 - Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

9.9 - Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem, com o menor volume possível, que utilize preferencialmente material reciclado ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, em atendimento aos critérios sustentáveis. O SAAE recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste contrato, termo de referência e proposta;

9.10 - O recebimento provisório, realizado pelo Almoxarifado do SAAE de Carmo do Cajuru, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;

9.11 - O recebimento definitivo, realizado pelo Almoxarifado, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

9.12 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos ou defeitos posteriormente constatados, nos termos da legislação aplicável.

9.13 - O contratado ficará obrigado a aceitar de volta, os itens licitados, na hipótese de recusa pelo SAAE, no prazo de 03 (três) dias, por não atender as exigências deste termo. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10.1. Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2026, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços.

10.1.1. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2026, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- i)** der causa à inexecução parcial da ata;
- j)** der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k)** der causa à inexecução total da ata;
- l)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- n)** praticar ato fraudulento na execução da ata;



- o)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p)** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- e)** Advertência;
- f)** Multa;
- g)** Impedimento de licitar e contratar e
- h)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- f)** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- g)** As peculiaridades do caso concreto.
- h)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- i)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- j)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ata, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio do Diário Oficial do Município de Carmo do Cajuru e no site www.saaecarmodocajuru.mg.gov.br, e <https://carmodocajuru.atende.net>, na internet e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Carmo do Cajuru/MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais provenientes da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – NORMAS FINAIS

16.1. A presente Ata reger-se-á pelas seguintes normas legais: Lei Federal nº 14.133/21 e LC 123/06, Decreto Municipal nº 1724/2024.



SAAE - SERVIÇO AUTÁRQUICO DE ÁGUA E ESGOTO

CARMO DO CAJURU - MG

CNPJ. 08.682.079/0001-90

16.2. Os casos omissos serão dirimidos com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei complementar 123/06 e suas alterações.

16.3. Justos e contratados, firmam a presente Ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

....., ____ de _____ de 2026.

Contratante

Contratado

Testemunhas:

1) _____

2) _____